

INTRODUÇÃO

ESTE LIVRO NASCEU DO ESFORÇO de lançar um olhar sociológico sobre minha prática profissional, desenvolvida há mais de 20 anos no mundo dos arquivos e dos acervos de maneira geral, ao manusear documentos, desenvolver projetos de “recuperação” de trajetórias pessoais e coletivas, e refletir sobre as diversas instâncias de produção e de promoção de memórias. Ele é fruto também da percepção de um campo ainda pouco explorado no que respeita à reflexão crítica sobre os arquivos, entendidos como artefatos dotados de historicidade, nos quais incidem interferências configuradoras e uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos.

Na origem de um relativo silêncio por parte das ciências sociais acerca dos arquivos, encontra-se, como se verá a seguir, a representação da “naturalidade” que caracterizaria a produção e a acumulação documental resultante das transações e do funcionamento das instituições.¹ Essa representação estende-se, por um efeito metonímico, ao arquivo entendido como instituição, ou seja, ao local responsável pela custódia, pelo processamento técnico e pelo acesso a fundos documentais. A “naturalidade” associada aos arquivos, no sentido tanto da constituição de conjuntos de documentos quanto no de seu recolhimento às instituições de guarda, ancora-se na tradição da própria disciplina arquivística, podendo ser evocada para justificar o relativo alijamento dos arquivos dos debates que, já há algum tempo, têm movimentado o uni-

1 Refirio-me, aqui, ao arquivo entendido como fundo documental, assim definido pelo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (Arquivo Nacional, 2005: 27). No primeiro capítulo, discutem-se outros atributos associados aos arquivos.

verso de outros construtos e instituições sociais, como coleções e museus, em relação aos quais a “intenção” de exibir, os circuitos de exibição e as narrativas veiculadas por meio dos recursos museológicos, entre outros pontos, vêm sendo objeto de questionamento, com rebatimento importante no campo da museologia.² No mundo dos arquivos, esse debate segue dinâmica própria, mas ainda está longe de configurar um campo de referências amplamente compartilhadas e, principalmente, de impactar de forma consequente a prática dos profissionais ligados à sua gestão e ao seu tratamento.

Este trabalho busca, portanto, “desnaturalizar” os arquivos e seus enquadramentos, metodológicos e institucionais, bem como dar visibilidade às narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos. Essa perspectiva começou a ser explorada por alguns estudiosos no campo da antropologia, interessados, sobretudo, nas “narrativas nacionais” que os arquivos ajudam a produzir e nas conexões entre arquivos e dominação colonial, e entre arquivos e poder, estando a maioria de seus trabalhos focada nos arquivos públicos.

Minha reflexão dialoga com esse debate, com o qual partilha o interesse em analisar os arquivos de uma perspectiva sociológica e histórica, ou seja, em explorar o processo social de transformação de registros em fontes de pesquisa. Ela se desenvolverá, todavia, tomando como objeto de análise um tipo específico de conjunto documental, o *arquivo pessoal*, em relação ao qual outras questões se conformam. Nesse caso, está-se diante não de uma documentação considerada capaz de “refletir” o funcionamento do Estado ou as atividades de um organismo, público ou privado, e sim de um acúmulo documental visto como meio de acesso à trajetória pessoal do titular. O senso comum associa os arquivos pessoais à memória individual, vendo neles registros que ora “documentam” as atividades desenvolvidas pelos titulares, ora “revelam” dimensões recônditas de sua personalidade. As balizas que informam as representações mais disseminadas com relação aos arquivos pessoais situam-se, assim, entre o registro do vivido e a escrita de si.

O primeiro exercício que empreendi no sentido de problematizar essas associações figurou como um capítulo de minha dissertação de mestrado, posteriormente transformado em artigo (Heymann, 1997b). Nele, sugiro investir sobre o processo de constituição dos arquivos pessoais desde a etapa de acumulação dos documentos até sua abertura à consulta pública em uma

2 A produção acadêmica recente sobre museus é bastante extensa. No tocante às relações entre antropologia e museus, algumas referências são Stocking Jr. (1985), Karp & Lavine (1991), Bouquet (2001) e Sherman (2007).

instituição de memória, apontando para as diferentes interferências a que estão submetidos seja no âmbito privado da acumulação, seja no âmbito público, onde são “monumentalizados” e transformados em fonte de pesquisa.

A reflexão desenvolvida no doutorado, da qual resultou este livro, avançou quer no escopo de análise, ao conjugar a escala dos arquivos à dos projetos institucionais identificados com o “resgate” e a “preservação” de memórias pessoais, quer no referencial teórico. A crítica desenvolvida no mestrado era marcadamente impressionista, tendo resultado da observação de práticas profissionais nas quais eu própria havia sido socializada e estava inserida. Naquele momento, tratava-se de lançar alguma luz sobre as condições de produção do meu objeto de análise, que era não o arquivo em si, mas uma parcela da correspondência reunida em um fundo de natureza pessoal. No doutorado, os arquivos assumiram o centro da cena, já que a ideia era produzir uma etnografia do processo de construção de um projeto memorial, observando de que maneira se mobiliza e se objetiva um determinado arquivo.

Nesse sentido, o presente texto toma a organização de instituições de memória fundadas em acervos pessoais de determinadas figuras públicas como uma modalidade de invenção discursiva de *legados*. Isso quer dizer que a pesquisa está voltada para o processo de construção do discurso do legado, para os investimentos sociais por meio dos quais uma memória individual é aproximada dessa noção. Mais especificamente, seu objetivo é analisar as condições de produção de legados históricos por meio da criação de instituições de memória, atentando para diferentes estratégias, interpretações e recursos mobilizados nesses empreendimentos, entre os quais se destaca o investimento nos acervos e em seu valor de “testemunho”. Estou interessada nos lugares relativos que os arquivos ocupam em projetos institucionais voltados para a memória de seus titulares, projetos que valorizam o legado documental do qual são depositários, ao mesmo tempo que os instituem.

Esse exercício foi desenvolvido a partir da análise do processo social de construção do legado memorial de Darcy Ribeiro, iniciado por ele ao criar a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), e continuado por seus “herdeiros” após a sua morte. Na análise, dá-se especial atenção aos seus documentos, porém menos no sentido de explorar a riqueza do seu conteúdo e mais no de investigar, por meio da trajetória e dos usos do arquivo, os projetos nele investidos pelo titular e, em seguida, pelos gestores do patrimônio da FUNDAR. A escolha do objeto não foi fortuita. Coordenei o projeto de organização do arquivo Darcy Ribeiro durante dois anos e meio, período no qual convivi com os gestores da Fundação e debruicei-me sobre os documentos com o objetivo de dotá-los de uma ordem que permitisse a sua consulta.

O trabalho não se propõe, assim, a explorar a história de vida de Darcy Ribeiro, nem a sua produção intelectual, razão pela qual sua vasta obra não será analisada. As referências aos textos que produziu ao longo de sua trajetória acadêmica, à sua “antropologia dialética”, como costumava chamar a sua teoria sobre a evolução sociocultural do homem, se limitarão a comentários que ele próprio teceu em escritos autobiográficos. Tampouco se pretende retratar sua atuação como homem público seja na área educacional, em que teve grande projeção, seja no campo estritamente político. Meu interesse localiza-se no projeto que ocupou Darcy ao longo de seus últimos anos de vida, e que foi posteriormente assumido pelos agentes que se tornaram responsáveis por seu “legado”: assegurar que sua memória perdurasse, vencendo a morte e o tempo.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E ARQUIVOS: UM DEBATE DE MUITAS FACETAS

O tema deste livro conecta-se a alguns debates mais amplos, já que a memória tem sido um campo de forte investimento intelectual das ciências sociais, explorado do ponto de vista seja de suas conexões com a história, seja de sua centralidade para a produção de identidades. De Maurice Halbwachs (1941, 1950) a Paul Ricoeur (2000), passando por Jacques Le Goff (1979), Pierre Nora (1984), Michael Pollak (1989), Patrick Hutton (1993) e Krzysztof Pomian (1998), entre outros, produziu-se grande quantidade de trabalhos sobre essas questões. A problemática da construção social da memória, das relações entre memória individual e memória social, e do papel das fontes na produção do discurso histórico constituem dimensões abordadas nesses trabalhos que têm informado meu investimento intelectual.

No caso do papel das fontes para a escrita da história, a discussão recai, via de regra, sobre temas como a relação do historiador com as fontes, a seleção e a crítica dessas fontes, suas diversas tipologias ou mesmo os sentidos conferidos a elas, como se pode ler nos debates sobre a passagem de documento a monumento. Em que pesem as especificidades, é possível perceber um suposto comum a tais discussões, qual seja, o de que as fontes são suportes da informação que será construída e analisada pelos historiadores, socialmente percebidos como agentes primordiais da formulação de um discurso sobre o passado. Embora venha sendo debatida, a questão das seleções e classificações operadas pelo arquivista na produção da memória documental que servirá de base à pesquisa ocupa lugar periférico nas análises que tomam por objeto as fontes e sua relação com a historiografia.

Um dos meus objetivos aqui é aproximar reflexões que, provenientes de tradições disciplinares distintas, compõem um quadro de referências capaz de informar a discussão sobre o lugar dos arquivos na produção do saber, adotando uma perspectiva que incorpore as representações sobre o objeto ao campo de investigação e dialogue com as premissas que informam o tratamento arquivístico.

Ao buscar iluminar o caráter construído dos arquivos, examinando as práticas e os discursos pelos quais o “monumento” – o arquivo-fonte, meio de acesso à memória – encobre o “fragmento”, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituem concretamente esses artefatos, sigo uma inspiração que remonta a Michel Foucault (1969). Sua advertência quanto à dimensão conformadora da linguagem nas ciências humanas também está na base de meu interesse a respeito dos efeitos produzidos pela “gramática” arquivística na construção do objeto “arquivo”.

Já ao adotar o método etnográfico como forma de produzir uma maior compreensão dos processos em que os documentalistas e gestores de arquivos estão implicados, associo-me à perspectiva reflexiva sugerida por George Marcus (1994), que saúda, no campo da antropologia, os novos objetos de pesquisa surgidos em decorrência do olhar sobre a própria prática antropológica.

Além das relações clássicas entre história, memória e arquivo, o tema ganha relevância no contexto dos recentes debates sobre o “culto à memória” e os usos políticos do passado (Hartog & Revel, 2001). A sedução da memória (Huysen, 2000), o dever de memória (Lalieu, 2001; Kattan, 2002) e seu contraponto, os abusos da memória (Todorov, 1995; Ricoeur, 2000), são dimensões de um debate que, tendo origem e justificativa em disputas políticas e identitárias, mobiliza o meio acadêmico. Esse debate não só vem atualizando a reflexão sobre as relações entre história e memória, como tem levado a questionamentos sobre a validade das narrativas nacionais, a noção de verdade, a gestão de passados considerados sensíveis – com implicações no estabelecimento de “dívidas” por parte do Estado e da sociedade –, e o lugar da história e o papel do historiador no espaço público.³

3 Essas questões originaram inúmeras publicações, escapando aos limites deste trabalho fornecer um quadro de referências que dê conta de seus contornos. Além das obras citadas, ver Lavabre (2000), Gensburger e Lavabre (2005) e o n. 303 do *Cahiers Français*, dedicado ao tema “A memória, entre história e política”. Para a noção de “promotores de memória”, ver Michonneau (2002). Para o debate em torno dos processos de disputa memorial, Crivello, Garcia e Offenstadt (2006) e Blanchard e Veyrat-Masson (2008).

De maneira bastante sumária, tal debate se tem concentrado nas condições de produção e nos efeitos sociais de discursos e práticas que tomam a memória como objeto a partir do qual se definem “deveres” e “direitos”. É parte de um processo ligado ao surgimento de novos grupos sociais, que, destacando-se da “comunidade nacional” e contestando as narrativas a ela associadas, passam a definir-se segundo novas categorias – étnicas, religiosas, de gênero etc. – ou a impor novos sentidos às categorias com que eram identificados.

A relação entre memória e identidade é um tema clássico, já que os grupos se fundam também sobre o compartilhamento de uma memória comum. Ao emergir na cena social afirmando sua identidade, os grupos trazem à luz uma memória para a qual buscarão reconhecimento no espaço público. Mais do que isso, entre as lutas por direitos, ganha lugar aquela que procura não só manter viva uma memória particular, mas também conquistar espaço no discurso histórico valendo-se de uma revisão das interpretações sobre o passado, figurar nos livros e manuais escolares e ver-se incluída no calendário oficial de comemorações. Essas reivindicações têm como objetivo, muitas vezes, reparar o silêncio e a invisibilidade que marcaram a trajetória dessas coletividades, assim como promover sua integração à história de uma nação à luz de nova perspectiva.

Segundo Henry Rousso (1998), historiador que se tem debruçado sobre os processos memoriais na sociedade francesa, nos últimos anos se impôs um sistema de referências morais cujo centro é a memória transformada em valor. Nesse novo sistema, o ato de lembrar, por parte do indivíduo ou do grupo, teria sido associado a uma postura positiva, enquanto o esquecimento, se tornado socialmente inaceitável. A revisão da memória nacional teria aberto espaço ainda para uma reavaliação do que constitui o “patrimônio” da nação e a inclusão de novos elementos nessa categoria, processo cujos corolários seriam a interdição a qualquer destruição, vista doravante como “suspeita”, e a multiplicação de políticas memoriais levadas a cabo por governos e grupos sociais.

Os arquivos ganharam espaço no seio desse debate por serem objeto de reivindicações coletivas relacionadas ao acesso a determinados conjuntos documentais do período contemporâneo, os quais poderiam embasar demandas por parte de grupos imersos em situações de dominação e conflito, bem como alimentar novas pesquisas acadêmicas. Tais conjuntos documentais, quer por sua “temporalidade”, quer pelos temas que abordam, estão muitas vezes submetidos a normas legais que definem prazos dilatados para a comunicação dos documentos, além de terem seu acesso obstaculizado, mais ou

menos abertamente, pelos poderes constituídos, sob o argumento de comprometerem a “segurança do Estado”.⁴

Outra dimensão desse contexto remete à valorização de novas memórias e dos registros a elas associados, produzindo o que o historiador Philippe Artières chamou de “desejo de arquivo” (2005: 6), um desejo que aponta para a multiplicação e a especialização de locais de arquivamento, alterando a paisagem arquivística, e também para uma nova relação da sociedade com os arquivos, que, doravante, envolve não apenas historiadores e arquivistas, mas também outros atores sociais. Na verdade, estaria em jogo um duplo movimento. De um lado, cada grupo minoritário interessado no recolhimento e na preservação da sua memória teria começado a investir na criação de seu próprio espaço de arquivamento; de outro, os arquivos, mesmo os já existentes, estariam se tornando objeto de interesse mais disseminado e atraindo públicos distintos dos tradicionais especialistas.

Outro aspecto do alargamento da noção de arquivo remete à valorização dos documentos produzidos e acumulados pelos indivíduos. Assim, estariam se ampliando não apenas os locais de arquivo, mas também os “produtores” de arquivo. Uma dimensão importante do processo, assinalada por Artières, reside no fato de essa reconfiguração do arquivo no espaço público – que inclui uma dimensão de democratização dos espaços de arquivamento e também das entidades produtoras – não corresponder à sua dessacralização. Ao contrário, em torno do arquivo, como ao redor da memória, novos cultos estariam se desenvolvendo com base na ideia de que “tudo é arquivo” e deve ser conservado.

Nesses termos, o esforço analítico aqui desenvolvido pretende contribuir para a análise de distintos, e cada vez mais frequentes, empreendimentos que têm no arquivo sua justificativa e motivação, e que, ao associá-lo à possibilidade de “resgatar” e “preservar” a memória, contribuem a um só tempo para sua naturalização e para sua sacralização.

4 Uma referência quanto às questões que envolvem o acesso aos arquivos da história recente da França é o livro de Sonia Combe, *Archives interdites. Les peurs françaises face à l'histoire contemporaine*, publicado em 1994. Sobre o contexto francês, ver ainda Wieviorka (2001). Os processos de transição democrática que marcaram a história de vários países sul-americanos também geraram demandas de consulta a arquivos. No Brasil, o acesso aos “arquivos da ditadura” tem sido objeto de reivindicação há anos (Costa, 2004), e ganhou novo impulso no contexto de discussão das leis de acesso a informações públicas e de criação da Comissão Nacional da Verdade, ambas sancionadas em novembro de 2011.

Ao concluir esta introdução, cabe esboçar o caminho que o leitor percorrerá ao longo das páginas que se seguem. No primeiro capítulo, busco traçar um panorama geral dos debates acerca dos arquivos, de modo a situar a etnografia do arquivo de Darcy Ribeiro em um quadro teórico e compreensivo mais amplo. De início, apresento de maneira breve a produção recente que toma os arquivos como objeto de uma reflexão de caráter sócio-histórico, interessada em perceber representações e usos a eles associados. Considerando os arquivos como instrumentos de exercício de poder, vários trabalhos se debruçam sobre as conexões entre arquivo, memória, dominação e insurreição. Importa reter dessas reflexões, sobretudo, a perspectiva que conecta os arquivos a estruturas sociais mais amplas, embasando o questionamento da imagem que os associa a repositórios inertes de informações e “verdades”. As reações da comunidade arquivística a esse tipo de perspectiva e as reflexões que vêm sendo empreendidas em seu interior no tocante ao papel do arquivista – tradicionalmente ligado à imagem de um “guardião”, e não à de um artifice da memória – também são abordadas.

Ao longo do capítulo inicial, procuro ainda chamar a atenção para a especificidade dos arquivos pessoais. Essa especificidade justifica a escassez de investimentos de caráter sociológico sobre tais conjuntos documentais, bem como explica a carência de reflexões metodológicas voltadas especificamente para eles, tratados ora segundo os preceitos da arquivologia, que traz a marca da lida com os documentos públicos, ora conforme os ditames da biblioteconomia, que ignora a dimensão orgânica dos acúmulos de natureza arquivística. Por último, procuro mostrar como, nas últimas décadas, os arquivos pessoais vêm sendo fortemente valorizados também como fontes de pesquisa histórica, movimento que teve como corolários o aumento da captação desses arquivos por instituições tradicionais e a criação de espaços voltados especificamente para sua guarda e disponibilização.

O segundo capítulo apresenta Darcy Ribeiro, estabelecendo alguns pontos de apoio biográficos capazes de dar ao leitor informações básicas sobre sua trajetória, ao mesmo tempo que chama a atenção para o exercício de autodefinição exaustivamente levado a cabo por ele, vale dizer, para as estratégias de produção de uma imagem que acabou por associar certos atributos – a multiplicidade, a genialidade e o ideal utópico – à sua personalidade e às suas ações. Busco ainda mostrar que a preocupação com a posteridade, com a forma como seria lembrado, está presente nos escritos de Darcy mais de 20 anos antes da sua morte, quando fez contato pela primeira vez com a condição finita da vida; se é inegável que sua trajetória foi marcada por ideais, por suas “utopias”, como designava as causas que o mobilizaram e informaram

sua atuação pública, é importante não perder de vista que ele imaginava garantir sua posteridade por meio da concretização desses ideais, em seus “fazimentos”. Assim, além de instrumentos que serviam à consecução de seus objetivos mais amplos, como intelectual e homem público, os “fazimentos” eram instrumentos por meio dos quais ele poderia vencer o esquecimento. Na sequência, procuro travar um diálogo com estudiosos que, visando objetivos distintos dos meus, tomaram esse personagem como objeto de investimento intelectual e propuseram interpretações e perspectivas de análise distintas das minhas.

O projeto da FUNDAR, desde os primórdios da sua concepção – quando o próprio Darcy definiu os seus objetivos e desenhou o escopo das suas ações – até 2009, 13 anos depois da assinatura da escritura pública da sua instituição e 12 anos depois da morte de seu fundador, é o tema do terceiro capítulo. Ao longo desse tempo, a FUNDAR passou por diferentes momentos e desenvolveu vários projetos, mantendo viva a motivação original que animou sua criação: dar continuidade ao “legado” de Darcy Ribeiro. A ideia central do capítulo é mostrar como esse legado, longe de estar definido de uma vez por todas, molda-se pela ação de seus gestores: o legado é plástico e deve ser atualizado de acordo com as contingências do tempo presente. Adicionalmente, abordo diferentes modelos institucionais de construção de legados, mostrando como eles definem diferentes discursos históricos e implicam distintos padrões de gestão de acervos.

No quarto capítulo, recupero as diversas instâncias de produção do arquivo Darcy Ribeiro, tanto na fase de acumulação do papelório pelo titular quanto na de custódia do acervo pela FUNDAR. Meu primeiro objetivo é produzir uma etnografia que ilumine a diversidade de padrões de acumulação e de interferências a que o arquivo esteve submetido na esfera doméstica da guarda documental, buscando perscrutar a relação que o titular mantinha com seus papéis. Nesse mesmo esforço, pretendo recuperar os investimentos de que o arquivo foi objeto depois de sua entrada no ambiente institucional por parte seja dos dirigentes da FUNDAR, seja dos responsáveis pela organização do acervo, vale dizer, pela sua configuração como fonte de pesquisa. Minha intenção, finalmente, é discutir de que maneira a interferência arquivística, ao submeter o conjunto documental a padrões de ordenação e descrição que permitem aceder aos documentos, também produz hierarquias, valorizando determinadas parcelas da documentação e obscurecendo outras, ao mesmo tempo que impõe uniformidade onde antes havia distinção.

O PRESENTE LIVRO É FRUTO DE minha tese de doutorado em Sociologia, defendida no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob a orientação generosa de Ricardo Benzaquen de Araújo. Gostaria de agradecer aos comentários feitos pela banca, formada pelos professores Angela Maria de Castro Gomes, Helena Maria Bomeny Garchet, José Reginaldo Santos Gonçalves e Marcelo Gantus Jasmin, e por meu orientador. Agradeço também à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo apoio que tornou possível a sua publicação. A pesquisa que deu base aos argumentos aqui desenvolvidos foi concluída em abril de 2009, razão pela qual várias referências, inclusive de sítios na internet, têm essa data como limite.